

## ZD Alimentos S.A.

CNPJ/MF nº 56.073.307/0001-77

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.841	7.545	11.955	7.622	Fornecedores	13	30.162	57.458	29.959	56.597
Contas a receber de clientes	5	40.095	51.515	40.147	51.497	Risco sacado	13	8.630	16.393	8.630	16.393
Estoques	6	32.449	43.712	32.449	43.712	Empréstimos e financiamentos	14	51.965	46.395	51.965	46.395
Impostos a recuperar	7	32.779	41.922	32.780	41.928	Passivo de arrendamento	12	1.091	1.653	1.091	1.653
Outros créditos		1.564	2.107	1.564	2.136	Provisões e encargos trabalhistas	15	4.634	5.017	4.642	5.063
Ativo destinado a venda	10	118.728	146.801	118.895	146.895	Impostos, taxas e contribuições	16	10.723	7.207	10.775	7.384
		470	-	470	-	Outras contas a pagar		14.714	8.155	14.715	8.239
		119.198	146.801	119.365	146.895			121.919	142.007	121.990	141.724
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Impostos a recuperar	7	3.781	2.751	3.781	2.751	Empréstimos e financiamentos	14	38.505	41.491	38.505	41.491
Depósitos judiciais	17	156	125	156	125	Passivo de arrendamento	12	5.216	4.729	5.216	4.729
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	26.785	21.968	26.786	21.968	Impostos, taxas e contribuições	16	13.023	10.122	13.096	10.215
Outros créditos	9	3.001	4.285	3.001	4.285	Provisão para contingências	17	2.626	2.226	2.626	2.226
Investimentos	9	1.087	916	1.058	649	Outras contas a pagar		203	453	203	453
Direitos de uso de ativos	12	6.307	6.383	6.307	6.383	Patrimônio líquido	19	59.573	59.001	59.646	59.114
Imobilizado	10	66.570	70.168	66.575	70.172	Capital social		69.049	70.000	69.049	70.000
Intangível	11	31.280	31.408	31.280	31.408	Reserva legal		847	2.754	847	2.754
		138.967	138.005	138.944	137.741	Ajuste de avaliação patrimonial		6.777	6.777	6.777	6.777
						Reserva de lucros		-	4.267	-	4.267
<b>Total do ativo</b>		<b>258.165</b>	<b>284.806</b>	<b>258.309</b>	<b>284.636</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>76.673</b>	<b>83.798</b>	<b>76.673</b>	<b>83.798</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>258.165</b>	<b>284.806</b>	<b>258.309</b>	<b>284.636</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Capital Social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros			Total
			Reserva de Incentivos Fiscais	Prejuízos acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	70.000	2.753	6.773	17.136	-	96.662
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(12.868)	(12.868)
Outros	-	-	4	-	-	4
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.000	2.753	6.777	17.136	(12.868)	83.798
Prejuízo do exercício	(951)	-	-	-	(6.174)	(7.125)
Redução de capital (nota 19)	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados (nota 19)	-	(1.906)	-	(17.136)	19.042	(951)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	69.049	847	6.777	-	-	76.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)

**1. Contexto operacional**  
A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Av. Antonieta Altenfelder, nº 705, Jardim Santa Antonieta, no município de Marília, Estado de São Paulo. A Companhia está envolvida primariamente na fabricação e comercialização de produtos à base de chocolate como marshmallows, barras de chocolates, candy bar, snacks como pipocas prontas e na linha de leites e derivados, atendendo a todo o mercado nacional e exportando para diversos países. A Companhia tem por objeto também investir em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista, podendo exercer ou não as funções de gestão e administração de negócios de referidas empresas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui 99% de participação na controlada Bel Logística Ltda., Nota 9, cuja principal operação é a prestação de serviços de logística junto a Companhia. **Desempenho financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo no consolidado no montante de R\$ 6.174 (R\$ 12.868 em 2021), e margem bruta no consolidado de aproximadamente 17,6% (2021 – 15%), substancialmente relacionado com a melhoria operacional implantada pela Companhia. A administração da Companhia está adotando as seguintes ações para mitigar esses efeitos e voltar a gerar rentabilidade em 2023: • Redução de despesas administrativas e comerciais com redução da estrutura; • Revisão da política comercial na linha de candies e snacks para melhoria das margens; • Elaboração de contratos de fornecimento de insumos de médio prazo como proteção do constante aumento de preços; • Elaboração de contratos de fornecimento de insumos de médio prazo como proteção do constante aumento de preços; • Venda de imóveis para redução do endividamento e consequentemente da despesa financeira; • Mudança na estratégia comercial de leite UHT, focando as negociações em clientes de menor porte, possibilitando melhor margem nas negociações e menor investimento em contratos comerciais, reduzindo assim o volume negociado em detrimento a melhoria da rentabilidade; • Redução dos volumes em estoque para melhoria do fluxo de caixa. **Efeito da Covid-19 nas demonstrações financeiras e desempenho financeiro:** Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pelo Grupo. No decorrer de 2022 a Companhia continuou atuando e adotando medidas de prevenção e contenção à Covid-19, seguindo as recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde). A Companhia continuou seguindo procedimentos de precaução, orientação, divulgação de informações. Implementou ainda programa de vacinação, programa de apoio especializado de psicoterapias e fisioterapias para funcionários que tiveram algum impacto. **Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios da Companhia:** As instabilidades provocadas pela guerra entre os dois países, elevam custos e reduzem as expectativas de crescimento no Brasil e no Mundo. No dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia decidiu atacar a Ucrânia após meses de crises com o Ocidente. Esta decisão resultou na mais grave crise militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Os efeitos econômicos em todos os países, inclusive no Brasil serão observados no: (i) Aumento do preço do petróleo e gás – há mais de 7 anos não se via o barril do petróleo no USD 100, o que se agravava em todo o mundo, visto que a Rússia é um dos grandes produtores mundiais. Com as sanções impostas pelos mercados americano e europeu os efeitos serão dramáticos; (ii) Os preços dos alimentos devem subir, pois a Ucrânia é responsável por 17% do milho mundial, bem como a Rússia exporta 30% do trigo mundial; (iii) O valor das ações e a alta do dólar serão afetados, especialmente pela crise política que se instalou. Ações do mundo todo estão em queda, assim como o dólar, ouro e petróleo dispararam após iniciados os confrontos, que podem escalar em nível global; (iv) Energia e dólar pressionam a inflação, afetando as indústrias brasileiras, que já vinham pressionadas pelo USD muito elevado em dezembro de 2021 e agora ainda mais; (v) Crescimento do país freado – a depender do tamanho da guerra, os impactos sobre a confiança dos investidores e na economia podem ser grandes, se estendendo por alguns meses ou até anos, reduzindo as perspectivas de crescimento econômico. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos dessa guerra e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos e veículos na data de transição para os CPCs. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 30 de maio de 2023. **2.2. Mensuração de valor:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 consideram o seguinte:

Participação no capital	2022	2021
	99,99%	99,99%

Bel Logística Ltda.  
As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir da somatória dos elementos patrimoniais e os resultados individuais das Companhias, ajustados pela eliminação dos saldos das contas de ativos, passivos e resultados decorrentes de transações entre elas. As práticas contábeis e estimativas da controlada são consistentes com as práticas contábeis e estimativas adotadas pela Companhia. Adicionalmente a controlada segue o mesmo exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de cada ano. Nas demonstrações financeiras individuais o investimento é registrado pelo método de equivalência. **2.5. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **2.6. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros (ex.: derivativos, quando o caso) ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os partici-

pantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. O Departamento Financeiro da Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo e ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. Esse departamento compreende o presidente e o gerente financeiro. Quando necessário é envolvido avaliadores externos, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **2.7. Instrumentos financeiros:** i) **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como substancialmente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPT") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. ii) **Ativos financeiros:** O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados: abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são substancialmente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tinha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. (ii) A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento continuado sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas; • Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; • Contas a receber de clientes, incluindo ativos de contrato. A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos

### Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>560.987</b>	<b>562.403</b>	<b>568.382</b>	<b>562.808</b>
Custo das vendas	21	(462.535)	(478.170)	(470.077)	(478.170)
Lucro bruto		<b>98.452</b>	<b>84.233</b>	<b>98.305</b>	<b>84.638</b>
<b>Despesas operacionais:</b>					
Despesas com vendas	21	(76.073)	(82.625)	(76.143)	(82.695)
Despesas administrativas	21	(15.837)	(14.501)	(15.837)	(14.501)
Outras receitas operacionais líquidas	21	3.893	1.402	3.892	1.450
Resultado de equivalência patrimonial	9	(238)	322	-	-
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>10.197</b>	<b>(11.169)</b>	<b>10.217</b>	<b>(11.108)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		<b>3.195</b>	<b>2.386</b>	<b>3.202</b>	<b>2.394</b>
Despesas financeiras	22	(23.236)	(11.412)	(23.263)	(11.412)
Resultado financeiro líquido		<b>(20.041)</b>	<b>(9.026)</b>	<b>(20.061)</b>	<b>(9.018)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(9.844)</b>	<b>(20.195)</b>	<b>(9.844)</b>	<b>(20.126)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(1.146)	-	(1.146)	(70)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	4.816	7.327	4.816	7.327
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(6.174)</b>	<b>(12.868)</b>	<b>(6.174)</b>	<b>(12.868)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Prejuízo do exercício	(6.174)	(12.868)
Resultado abrangente do exercício	(6.174)	(12.868)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(9.844)	(20.195)	(9.844)	(20.125)
Ajustes ao prejuízo do exercício				
Depreciação e amortização	7.205	3.984	7.205	3.984
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento	15.404	6.900	15.404	6.900
Provisões para contingências	400	39	400	39
Variação cambial	(59)	51	(59)	51
Provisão para perda de créditos esperados	(55)	16	(55)	16
Provisão para obsolescência dos estoques	(160)	(101)	(160)	(101)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	(4)	2	(4)	114
Resultado de equivalência patrimonial	238	(322)	-	-
Variações nas contas de ativo e passivo:				
Contas a receber de clientes	11.475	(1.580)	11.404	(1.562)
Estoques	11.423	(12)	11.424	(12)
Impostos a recuperar	8.113	(2.178)	8.117	(2.163)
Outros créditos	(955)	(973)	(928)	(988)
Depósitos judiciais	(31)	(38)	(31)	(38)
Fornecedores e outras contas a pagar	(34.788)	5.314	(34.188)	4.343
Provisões e encargos trabalhistas	(383)	719	(421)	722
Impostos, taxas e contribuições	6.437	1.041	6.272	1.018
Adiantamentos de clientes	2.886	(227)	2.802	(7)
Outros passivos	(250)	(1.549)	(250)	(1.549)
Outras contas a pagar	3.673	349	3.674	686
Impostos pagos	(1.146)	-	(1.146)	(70)
Juros pagos	(13.471)	(5.587)	(13.471)	(5.587)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	6.108	(14.347)	6.145	(14.329)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado	(347)	(4.481)	(347)	(4.481)
Aquisição de investimentos	(409)	(414)	(409)	(414)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(756)	(4.895)	(7	

... continuação

## ZD Alimentos S.A.

solididade se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.8. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos com matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização e o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão dos produtos e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros predefinidos que consideram o prazo de permanência dos itens em estoque e projeção de utilização destes estoques. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.9. Imobilizado:** Terrenos e edificações e benfeitorias compreendem principalmente as fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para CPCs, como mencionado na Nota 2.1. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos e baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

### 2022 e 2021 (anos)

Edificações e benfeitorias	25,26
Máquinas e equipamentos	10,21
Veículos	5,20
Móveis e utensílios	10,19

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.10. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.11. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que refletem, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia é parte de alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** Imposto de renda e contribuição social – correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social – diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. Tributos sobre as vendas: Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar foram apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.13. Classificação corrente versus não corrente:** Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulante. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados como não circulante. Os ativos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante. **2.14. Outros ativos e passivos:** Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando

aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.15. Apreciação do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. A receita de contratos com clientes é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca dos produtos. **2.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, ou quando são aprovadas para distribuição antecipada, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas controladores. **2.17. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Direito de uso de ativos:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores Esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.18. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1):** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações com início em, ou após, 1/1/2022. **Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocamento de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados dos a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. **2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 *Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 *Leases*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a empresa aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Subsidiária como adotante pela primeira vez:** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser uma adotante pela primeira vez. **2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de 10 por cento para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros):** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período. **IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola):** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. **2.20 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Com-

panhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

**3. Uso de estimativas e julgamentos – Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (como arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Caixa e bancos	7.065	4.155
Aplicações financeiras	4.775	3.390
	11.841	7.545
		11.955
		7.622

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 60% a 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (60% a 98% do Certificado de Depósito Interbancário em 2021), tendo como contraparte bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

### 5. Contas a receber de clientes

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Clientes – Mercado interno	39.813	51.031
Clientes – Mercado externo	448	704
	40.260	51.735
Provisão para perdas esperadas de créditos	(165)	(220)
	40.095	51.515
		40.147
		51.497

A composição do saldo por vencimento está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
A vencer	39.191	50.266
Vencidos:		
Até 30 dias	622	1.068
De 31 a 60 dias	180	172
De 61 a 90 dias	103	35
De 91 a 180 dias	164	194
	40.260	51.735
		40.312
		51.717

A provisão para perdas de créditos esperadas foi constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos. Essa despesa com provisão foi registrada na rubrica "Despesas de vendas" na demonstração do resultado do exercício. Os valores provisionados para perda são suficientes para cobrir as perdas esperadas. A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	204
Movimento	16
Saldo em 31 de dezembro de 2021	220
Movimento	(55)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	165

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/08/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Produtos acabados	17.693	24.127
Matérias-primas	7.318	9.570
Embalagens	4.548	6.974
Material de consumo	2.471	2.906
Material secundário	359	382
Produtos em elaboração	1.300	1.154
(-) Provisão para perdas	(1.241)	(1.401)
	<b>32.449</b>	<b>43.712</b>

De forma a preservar o conservadorismo, a Companhia mantém valores para possíveis perdas de estoques, caso ocorra alguma perda anormal a operação. Vale ressaltar que historicamente os valores provisionados são suficientes para cobrir as perdas incorridas. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a movimentação da provisão para perdas ocorreu como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	(1.401)	(1.502)
(Adição)/reversão de provisão	160	101
Saldo final	(1.241)	(1.401)

**7. Impostos a recuperar** – Os valores registrados neste grupo de contas substancialmente têm origem no negócio de laticios (Leite UHT, pasteurizado e derivados de leite), pois tem sua tributação reduzida nas vendas, tanto a nível Federal quanto ao Estadual.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS a compensar (l)/(a)	11.555	19.745	11.555	19.745
ICMS – Operações próprias (l)/(b)	20.411	19.054	20.411	19.054
ICMS sobre ativo imobilizado	837	859	837	859
PIS e COFINS sobre ativo imobilizado	261	403	261	403
IRPJ e CSLL a compensar	2.051	2.898	2.051	2.904
REINTEGRA	430	437	430	437
IRRF s/ aplicações	387	653	387	653
Outros	630	623	478	464
Tributos e contribuições a compensar	-	-	-	160
	<b>36.560</b>	<b>44.673</b>	<b>36.562</b>	<b>44.679</b>
Circulante	32.779	41.922	32.780	41.928
Não circulante	3.781	2.751	3.781	2.751
	<b>36.560</b>	<b>44.673</b>	<b>36.561</b>	<b>44.679</b>

(i) A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2022 o saldo credor de PIS e COFINS no montante de R\$ 11.555, sendo R\$9.413 classificados no ativo circulante com perspectiva de utilização integral no exercício de 2023, e R\$ 2.142 no ativo não circulante por se tratar de créditos homologados aguardando ressarcimento ou compensação de ofício com os parcelamentos federais, Nota 16. A Companhia recebeu em conta corrente o valor de R\$ 7.286 durante o exercício de 2022. A Companhia projeta reduzir o saldo de PIS e COFINS durante o exercício de 2023 no valor de R\$ 5.100, utilizando para compensação de PIS, INSS, Impostos retidos, PIS e COFINS, todos apurados mensalmente. (ii) A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R\$ 20.411 classificados no ativo circulante cuja perspectiva de utilização dar-se-á na apuração mensal ao longo do exercício de 2023. A Companhia possui processo de crédito acumulado de ICMS junto a Sefaz-SP no valor de R\$ 3.812 referente aos exercícios compreendidos entre 2010 à 2013. Apesar de reconhecido o valor a Sefaz-SP procedeu o contingenciamento do valor devido a um auto de infração sofrido pela Companhia em 2015. Estes autos referentes a guerra fiscal entre os estados, foi defendido e provavelmente será cancelado ainda no exercício de 2023, liberando desta forma o contingenciamento dos valores que poderão ser utilizados para compra de material de embalagem. O restante do saldo credor de ICMS será compensado em conta gráfica com a nova estratégia operacional que a Companhia efetuou para o exercício 2023.

**8. Imposto de renda e contribuição social**

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Prejuízo fiscal	26.512	22.685
Provisão para riscos trabalhistas	129	153
Provisão para saldo credor do ICMS	349	361
Provisão para riscos civis e tributários	415	243
Provisão para bonificações e comissões	1.550	1.194
Juros sobre empréstimos	90	97
Provisão para frete sobre vendas	682	(7)
Outras diferenças temporárias	3.581	4.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<b>33.307</b>	<b>29.261</b>
Passivo		
Varição cambial não realizada	75	(37)
Imobilizado – custo atribuído	(3.437)	(3.438)
Saldo de mais valias (valor justo – PPA) de controlada incorporada	(1.849)	(1.849)
Provisão para clientes a faturar	(1.255)	(1.894)
Provisão para devedores duvidosos	(56)	(75)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<b>(6.522)</b>	<b>(7.293)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos líquidos	<b>26.785</b>	<b>21.968</b>

A Companhia revisou o estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, considerando os potenciais impactos da pandemia do novo Coronavírus. Os estudos demonstraram que mesmo diante do cenário de incerteza, não houve necessidade de provisão para perdas dos saldos já contabilizados. A Companhia continua com a expectativa de recuperar o montante do crédito tributável decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social até 2027. A legislação prevê um limite para compensação de 30% do valor devido a recolher por exercício. A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Com base nessa estimativa a compensação do saldo de prejuízos fiscais está estimada conforme apresentado abaixo:

Ano de compensação	2022	2021
2023	8.533	-
2024	11.093	-
2025	3.453	-
2026	3.706	-
	<b>26.785</b>	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a compensação do montante de R\$ 1.479 referentes ao prejuízo fiscal e base negativa para contribuição social acumulados. b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes dos impostos	(9.844)	(20.195)	(9.844)	(20.195)
Imposto pela alíquota nominal – 34%	3.347	6.866	3.347	6.866
Resultado de equivalência patrimonial	81	(109)	-	-
Despesas não dedutíveis	(55)	(99)	(56)	(99)
Outros	297	669	379	490
Despesas com impostos	3.670	7.237	3.670	7.257
Corrente	(1.146)	7.327	(1.146)	(70)
Diferido	4.816	7.327	4.816	7.327
	<b>3.670</b>	<b>7.327</b>	<b>3.670</b>	<b>7.257</b>

**9. Investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Investimentos	-	-	-	-
Bel Logística Ltda.	29	267	-	-
Outros	1.058	649	1.058	649
	<b>1.087</b>	<b>916</b>	<b>1.058</b>	<b>649</b>

A movimentação dos investimentos apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é como segue:

	Bel Logística Ltda.		Outros		Total
	2022	2021	2022	2021	
Percentual de participação	99,99%	(a)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(55)	235	180	-	310
Provisão para perdas em controlada	55	-	-	-	55
Equivalência patrimonial	322	-	322	-	644
Aquisição	-	414	414	-	828
Saldo Investimento em 31 de dezembro de 2021	267	649	916	-	1.832
Equivalência patrimonial	(238)	-	(238)	-	-
Aquisição	-	409	409	-	818
Saldo Investimento em 31 de dezembro de 2022	29	1.058	1.087	-	2.174

(a) Refere-se a compra de cotas de participação de cooperativas Sicob, tendo em vista a abertura de conta corrente para captação de financiamento. Os saldos da controlada em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentado abaixo:

	Percentual de participação		Resultado do ativo líquido	
	exercício	exercício	exercício	exercício
Bel Logística Ltda. 31.12.2022	99,99%	171	270	(241)
Bel Logística Ltda. 31.12.2021	99,99%	827	52	322

## ZD Alimentos S.A.

	Terrenos		Edificações e benfeitorias		Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Veículos		Imobilizado em andamento		Total
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	-	1.532	34.079	793	68	-	36.472	-	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	-	545	2.477	205	8	-	3.235	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	-	2.077	36.556	998	76	-	39.708	-	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	-	892	2.486	87	8	-	3.473	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	-	2.969	39.042	1.085	84	-	43.181	-	-	-	-	-	-

**Valores residuais**

Saldo em 31/12/2021	13.916	22.676	31.075	2.493	8	-	70.168
Saldo em 31/12/2022	<b>13.446</b>	<b>22.033</b>	<b>27.005</b>	<b>2.404</b>	<b>8</b>	-	<b>66.570</b>

**Resumo de movimentação – Consolidado**

	Terrenos		Edificações e benfeitorias		Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Veículos		Imobilizado em andamento		Total
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	13.916	20.925	63.844	3.424	383	3.203	105.695						
Adições	-	-	-	-	-	4.481	4.481						
Baixas	-	-	(2)	(112)	-	-	(114)						
Transferências	-	3.828	3.789	67	-	(7.684)	-						
Saldo em 31/12/2021	13.916	24.752	67.631	3.379	383	-	110.062						
Adições	-	250	-	7	-	90	347						
Baixas	-	-	(1.585)	(8)	-	1.593	-						
Transferências	-	-	-	-	-	-	-						
Reclassificação para ativo disponível para venda (a)	(470)	-	-	-	-	-	(470)						
Saldo em 31/12/2022	<b>13.446</b>	<b>25.002</b>	<b>66.047</b>	<b>3.377</b>	<b>383</b>	<b>1.683</b>	<b>109.939</b>						

**Depreciação**

Saldo em 31/12/2020	-	1.532	33.999	793	331	-	36.655
Depreciação do exercício	-	545	2.477	205	8	-	3.235
Saldo em 31/12/2021	-	2.077	36.476	998	339	-	39.890
Depreciação do exercício	-	892	2.486	87	8	-	3.473
Saldo em 31/12/2022	-	2.969	38.962	1.085	347	-	43.363

**Valores líquidos**

Saldo em 31/12/2021	13.916	22.676	31.155	2.381	44	-	70.172
Saldo em 31/12/2022	<b>13.446</b>	<b>22.032</b>	<b>27.085</b>	<b>2.292</b>	<b>36</b>	<b>1.683</b>	<b>66.575</b>

(a) A Companhia está em processo avançado de negociação para venda dessa propriedade e portanto, reclassificou para rubrica de Ativo disponíveis para venda. Imobilizado: O aumento do valor do Imobilizado é referente a investimentos em melhorias de maquinários, instalações e edificações efetivadas no decorrer do exercício, gerando assim maior eficiência nos processos produtivos. Garantia: Em 31 de dezembro de 2022, máquinas com valor residual de R\$ 4.940 (R\$ 4.502 em 2021) estão sujeitas a alienação fiduciária para garantir empréstimos bancários, Nota 14.

### 11. Intangível – Controladora e consolidado

	Ágio		Marcas e patentes		Softwares		Intangível em andamento		Total
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	21.077	8.734	2.112	-	-	-	56	31.979	
Adições	-	-	3	-	-	-	-	3	
Saldo em 31/12/2021	21.077	8.734	2.115	-	-	-	56	31.982	
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/12/2022	<b>21.077</b>	<b>8.734</b>	<b>2.115</b>	-	-	-	<b>56</b>	<b>31.982</b>	

**Amortização**

Saldo em 31/12/2020	-	-	442	-	-	-	442
Amortização no exercício	-	-	132	-	-	-	132
Saldo em 31/12/2021	-	-	574	-	-	-	574
Amortização no exercício	-	-	128	-	-	-	128
Saldo em 31/12/2022	-	-	702	-	-	-	702

**Valores líquidos**

Saldo em 31/12/2021	21.077	8.734	1.541	-	-	-	56	31.408
Saldo em 31/12/2022	<b>21.077</b>	<b>8.734</b>	<b>1.413</b>	-	-	-	<b>56</b>	<b>31.280</b>

Ágio: O montante registrado corresponde ao ágio (goodwill) apurado na aquisição da La Mucca do Brasil S.A. e Laticínios Nituano S.A. em 1 de agosto de 2017, no montante de R\$ 12.115. Essas controladas foram incorporadas pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Após a avaliação efetuada pela administração concluiu-se pela não necessidade de constituição de provisão para perdas (impairment) em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### 12. Direito de uso de ativos e Passivo de Arrendamento – Controladora e Consolidado

	Máquinas e equipamentos		Instalações		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Em 31 de dezembro de 2020	1.428	4.278	5.706	-	7.134	-
Remensuração	-	1.294	1.294	-	2.588	-
Amortização	(311)	(306)	(617)	-	(927)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.117	5.266	6.383	-	7.500	-
Remensuração	-	1.689	1.689	-	3.378	-
Amortização	(896)	(869)	(1.765)	-	(2.665)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>221</b>	<b>6.085</b>	<b>6.307</b>	-	<b>6.528</b>	-

Passivo de Arrendamento

	Saldo dos compromissos de arrendamento		Ajuste a valor presente do arrendamento mercantil		Total
	2022	2021	2022	2021	
Em 1º de janeiro de 2021	8.606	(2.900)	5.706	-	2.706
Atualização contratual	1.294	-	1.294	-	2.588
Pagamentos efetuados	(618)	-			

... continuação

**ZD Alimentos S.A.**

do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem. **Reserva de Incentivos Fiscais:** É destinado para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, nos termos da LC nº 160 de 2017, sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais. No ano de 2020 a Companhia realizou uma análise da Lei Complementar 160 de 2017, e concluiu que são considerados como Subvenção para Investimento os benefícios referentes à redução da base de cálculo e crédito outorgado do ICMS no estado de São Paulo e crédito presumido do ICMS nos estados do Paraná e Alagoas. O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Impostos sobre vendas", reduzindo a conta de "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva de incentivos fiscais, em contrapartida à conta de "Lucros acumulados", no montante apurado da subvenção. A Companhia não utilizou a adoção deste benefício para os exercícios de 2021 e 2022, por esta razão, não houve alteração de valores entre os exercícios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo das reservas foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Dividendos propostos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 10% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram efetuadas distribuições de dividendos em função dos prejuízos apurados.

**20. Receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receita bruta</b>				
Vendas mercado interno	595.357	624.232	604.771	624.232
Vendas mercado externo	14.128	13.569	14.128	13.569
Revendas de mercadorias	41.496	20.800	41.496	20.800
<b>(-) Deduções sobre a receita</b>				
Imposto sobre vendas	(32.015)	(28.432)	(34.034)	(28.025)
Subvenções fiscais do ICMS (Nota 19)	(38.821)	(45.283)	(38.821)	(45.284)
Devoluções e abatimentos	(19.158)	(22.483)	(19.158)	(22.483)
	560.987	562.403	568.382	562.808

**21. Abertura dos custos e despesas por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Matérias-primas e bens consumíveis, produtos acabados e em elaboração	414.599	428.403	414.599	428.403
Despesas com pessoal	37.039	41.793	37.099	41.793
Frete sobre vendas	32.126	34.088	32.126	34.088
Comissão sobre vendas	11.691	12.551	11.691	12.551
Marketing e promoção de vendas	1.589	1.145	1.586	1.145
Manutenções	5.211	5.493	5.212	5.493
Depreciação e amortização	7.205	6.397	7.205	6.398
Energia elétrica	5.893	5.912	5.909	5.912
Consultoria	3.390	3.113	3.390	3.113
Despesa com higienização e limpeza	2.152	2.175	2.152	2.175
Despesas com locações de veículos e equipamentos	1.129	1.234	1.129	1.234
Despesa com fretes e carretos	1.435	1.910	1.435	1.910
Aluguéis	5	17	5	17
Despesas com análises de produtos	681	737	681	737
Despesas com bonificações e amostras	2.322	2.839	2.335	2.839
Estocagem	1.011	1.496	1.011	1.496
Seguros	379	387	398	387
Serviços de terceiros	9.665	9.561	16.365	9.561
Despesas tributárias	154	162	157	162
Outras despesas	12.874	14.410	13.669	16.844
	550.552	573.895	558.165	573.916

**Classificados como:**

	2022	2021	2022	2021
Custo das vendas	462.535	478.170	470.077	478.170
Despesas de vendas	76.073	82.625	76.143	82.695
Despesas administrativas	15.837	14.501	15.837	14.501
Outras receitas operacionais líquidas	(3.893)	(1.401)	(3.892)	(1.450)
	550.552	573.895	558.165	573.916

**22. Resultado financeiro líquido**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>				
Variações cambiais e monetárias	1.729	1.559	1.729	1.559
Rendimento de aplicações	167	58	167	58
Descontos obtidos	117	171	123	179
Juros recebidos de clientes	329	334	329	334
Outras receitas financeiras	853	263	853	263
	3.195	2.386	3.202	2.394
<b>Despesas</b>				
Variações cambiais e monetárias	(1.508)	(1.669)	(1.508)	(1.669)
Juros capital de giro	(17.764)	(6.955)	(17.764)	(6.955)
Juros sobre empréstimos	(240)	(222)	(241)	(222)
Despesa bancária/IOF	(1.122)	(964)	(1.133)	(964)
Descontos concedidos	(576)	(1.016)	(576)	(1.016)
Juros sobre parcelamento de impostos	(1.571)	(461)	(1.571)	(461)
Outras despesas financeiras	(455)	(125)	(455)	(125)
	(23.236)	(11.412)	(23.263)	(11.412)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	(20.041)	(9.026)	(20.061)	(9.018)

**23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco** – A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, outros créditos, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía operações significativas de "hedge", "swap" ou quaisquer outras operações envolvendo derivativos. A classificação dos principais instrumentos financeiros bem como a categorização dentro da hierarquia de valor justo, está apresentada na tabela a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

Nível	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	2	11.841	7.545	11.955
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	2	40.095	51.515	40.147
Outros créditos	2	4.565	6.392	4.565
		56.501	65.452	56.667
<b>Passivos financeiros</b>				
Custo amortizado				
Fornecedores e risco sacado	2	38.792	73.580	38.802
Empréstimos e financiamentos	2	90.470	87.886	90.470
Passivo de arrendamentos	2	6.307	6.382	6.307
Outras contas a pagar	2	14.917	8.608	14.918
		150.486	176.456	150.497

**Gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos aos qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, sendo que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total dos fluxos de caixa não descontados
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>				
Fornecedores e risco sacado	32.251	6.541	-	38.792
Empréstimos e financiamentos	29.730	34.696	45.370	109.795
Passivo de arrendamento	610	951	7.320	8.882
Outras contas a pagar	235	2.117	12.564	14.917
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>				
Fornecedores e risco sacado	61.745	11.834	-	73.580
Empréstimos e financiamentos	14.722	35.379	37.785	87.886
Passivo de arrendamento	413	1.240	4.729	6.382
Outras contas a pagar	235	2.117	453	2.805

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital

	Previsão de consumo (em toneladas)	Volume contratado (em toneladas)	%
<b>Matéria prima</b>			
Acúcar	6.289	4.826	77%
Gordura	1.967	1.127	57%
Cacau	465	252	54%

A Companhia possui contrato celebrado mediante ao processo de licitação em 2022 de compromisso com clientes para fornecimento de leite pasteurizado (saquinho) de 4.680.600 litros de leite (5.825.340 litros em 2022). Esses compromissos deverão ser atendidos em 2023.

**25. Cobertura de seguros** – A Companhia mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

**26. Eventos subsequentes** – Julgamento STF – "Quebra" de decisões judiciais definitivas: Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Encerramento das atividades de controlada:** Em 20/03/2023 a Companhia decidiu pelo encerramento das atividades de sua Controlada Bel Logística Ltda. que exercia a atividade de transporte e armazenagem, por entender que a mesma não atendia mais o propósito estratégico pelo qual foi criada. A encerramento da atividade não trará impacto para o desempenho da Controladora.

Diretoria	
Stenio Dedemo Diretor Presidente	Eloizi Cristina Dedemo Ferraz Diretora Vice-Presidente de Mercado

Contador: **Fernando Savério** – Contador CRC 1SP 250.053/O-1

S.Prime Assessoria e Outsourcing Ltda. CRC 2SP 042.666/O-0

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Diretores e Conselho de Administração da ZD Alimentos S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ZD Alimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ZD Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações

falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campanas, 30 de maio de 2023.

**Ernst & Young**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP 034.519/O-6

**Cristiane Cléria S. Hilário**  
Contadora  
CRC 1SP 243.766/O-8

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/08/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## MNLT S.A.

CNPJ/MF nº 12.592.831/0001-89

### Relatório da Administração

**Aos Acionistas, Mensagem da Administração:** A MNLT S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo. Até o final de 2018, a Companhia exercia atividades relacionadas a pagamentos eletrônicos, tais como (a) a prestação de serviços de captura; (b) processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito; (c) venda ou aluguel de hardware de ponto de venda relacionados aos itens anteriores; (d) entre outras atividades, incluindo a antecipação de recebíveis mediante solicitação dos estabelecimentos comerciais. No mesmo ano, a Companhia, em razão de uma decisão estratégica de seus acionistas, cessou sua operação de aquisição e deixou de ser uma entidade regulada pelo Banco Central do Brasil. Desde então, a Companhia possui como atividade principal a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no

Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO"), e com isto, a MNLT continua gerando resultado financeiro positivo. Em 30/06/2023, os ativos totalizaram R\$ 942,6 milhões, apresentando um aumento de 5,68% em relação a 31/12/2022, quando totalizaram R\$ 891,9 milhões. Essa variação é reflexo do ganho na valorização das cotas no FIDC TAPSO em 2023, que impactam o grupo contábil de aplicações financeiras e o resultado financeiro. Em 30/06/2023, o patrimônio líquido totalizou R\$ 906,7 milhões, representando um aumento de 4,92% em relação a 31/12/2022, quando totalizaram R\$ 864,2 milhões. O aumento deve-se ao lucro acumulado e a provisão do pagamento baseado em ações. No semestre findo em 30/06/2023, o lucro líquido totalizou R\$ 32,8 milhões, representando uma redução de 62,87% em relação ao semestre findo em 30/06/2022, quando totalizou R\$ 88,4 milhões. A variação é explicada principalmente pela redução da rentabilidade financeira devido ao resgate de cotas do FIDC TAPSO no segundo trimestre

de 2022 e aumento de despesas com pessoal. **Declaração da Diretoria e Conselho de Administração:** Em conformidade com o inciso V, parágrafo 1º, do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, os diretores e o Conselho de Administração da MNLT declaram que discutiram, reviram e concordaram com as informações financeiras intermediárias condensadas referentes ao período de seis meses findo em 30/06/2023. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes.

### A Administração.

ATIVO	Balanco patrimonial em 30/06/2023		e 31/12/2022 (em milhares de reais)	
	Nota 30/06/2023	31/12/2022	Nota 30/06/2023	31/12/2022
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	704	28.205	
Aplicações financeiras	5	929.451	844.624	
Tributos a recuperar		15	1.262	
Outros créditos		2.169	104	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>932.339</b>	<b>874.195</b>	
<b>Ativo não circulante</b>				
Contas a receber de partes relacionadas	7	1.359	3.282	
Outros créditos		83	82	
IRPJ e CSLL diferidos	6	8.755	14.019	
Imobilizado líquido		27	320	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>10.224</b>	<b>17.703</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>942.563</b>	<b>891.898</b>	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Balanco patrimonial em 30/06/2023		e 31/12/2022 (em milhares de reais)	
	Nota 30/06/2023	31/12/2022	Nota 30/06/2023	31/12/2022
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores		883	163	
Empréstimos e financiamentos		—	247	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8	13.179	10.272	
Dividendos a pagar	11 e)	1.337	1.337	
Obrigações tributárias	9	4.135	4.031	
Outras contas a pagar		243	105	
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>19.777</b>	<b>16.155</b>	
<b>Passivo não circulante</b>				
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8	999	1.485	
Empréstimos e financiamentos		—	44	
Contas a pagar a partes relacionadas	7	14.661	9.667	
Provisão para contingências	10	444	303	
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>16.104</b>	<b>11.499</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	11a)	524.653	524.653	
Reserva de capital	11b)	20.509	10.888	
Reserva de lucros	11c)	—	—	
Lucros acumulados	e d)	328.703	328.703	
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>906.682</b>	<b>864.244</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>942.563</b>	<b>891.898</b>	

Demonstração do resultado período de 6 meses e 3 meses findos em 30/06/2023 e 2022 (em milhares de reais)	Semestre findo em:				
	30/06/2023		30/06/2022		
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	
Despesas gerais e administrativas	12	(29.513)	(5.004)	(21.408)	(1.815)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	(1.145)	(2.205)	4.343	(1.888)
<b>Prejuízo operacional</b>		<b>(30.658)</b>	<b>(7.209)</b>	<b>(17.065)</b>	<b>(3.703)</b>
Receitas financeiras	13	81.370	141.612	41.160	75.759
Despesas financeiras	13	(705)	(716)	(364)	(743)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>80.665</b>	<b>140.896</b>	<b>40.796</b>	<b>75.016</b>
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>50.007</b>	<b>133.687</b>	<b>23.731</b>	<b>71.313</b>
IRPJ e CSLL correntes	6	(11.926)	(28.898)	(6.642)	(14.632)
IRPJ e CSLL diferidos	6	(5.264)	(16.416)	(1.465)	(9.564)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>32.817</b>	<b>88.373</b>	<b>15.624</b>	<b>47.117</b>
<b>Lucro líquido por ações - básico e diluído - R\$</b>	15	0,0145	0,0391	0,0069	0,0208

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Período de 6 meses findos em 30/06/2023 e 2022 (em milhares de reais)	Reserva de lucros		Reserva legal	Reserva de lucros para expansão	Lucros acumulados	Total
	Nota 30/06/2023	31/12/2022				
Saldo em 31/12/2021	1.324.653	7.098	32.341	156.942	—	1.521.034
Pagamento baseado em ações	—	1.285	—	—	—	1.285
Redução de capital social	(150.000)	—	—	—	—	(150.000)
Lucro líquido do período	—	—	—	—	88.373	88.373
<b>Saldo em 30/06/2022</b>	<b>1.174.653</b>	<b>8.383</b>	<b>32.341</b>	<b>156.942</b>	<b>88.373</b>	<b>1.460.692</b>
Saldo em 31/12/2022	524.653	10.888	39.379	289.324	—	864.244
Pagamento baseado em ações	14	9.621	—	—	9.621	9.621
Lucro líquido do período	—	—	—	—	32.817	32.817
<b>Saldo em 30/06/2023</b>	<b>524.653</b>	<b>20.509</b>	<b>39.379</b>	<b>289.324</b>	<b>32.817</b>	<b>906.682</b>

Demonstração do fluxo de caixa Período de 6 meses e 3 meses findos em 30/06/2023 e 2022 (em milhares de reais)	Período de 6 meses findo em:			
	30/06/2023		30/06/2022	
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	50.007	133.687	23.731	71.313
Aliquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes</b>	<b>(17.002)</b>	<b>(45.454)</b>	<b>(8.069)</b>	<b>(24.246)</b>
Lei de incentivo à cultura e assistência social	—	38	—	(34)
Incentivos fiscais	107	126	28	90
Despesas permanentes	(295)	(24)	(66)	(6)
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(17.190)</b>	<b>(45.314)</b>	<b>(8.107)</b>	<b>(24.196)</b>
Impostos correntes	(11.926)	(28.898)	(6.642)	(14.632)
Impostos diferidos	(5.264)	(16.416)	(1.465)	(9.564)
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(17.190)</b>	<b>(45.314)</b>	<b>(8.107)</b>	<b>(24.196)</b>
Taxa (%) de alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%
<b>Impostos diferidos:</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Movimentação</b>	<b>30/06/2023</b>	
Diferenças temporárias	4.404	2.596	7.000	
Prejuízo fiscal/Base negativa (a)	27.815	(5.152)	22.663	
<b>Total ativo fiscal diferido</b>	<b>32.219</b>	<b>(2.556)</b>	<b>29.663</b>	
Reconhecimento de receita FIDC (b)	(18.200)	(2.708)	(20.908)	
<b>Total passivo fiscal diferido</b>	<b>(18.200)</b>	<b>(2.708)</b>	<b>(20.908)</b>	
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>14.019</b>	<b>(5.264)</b>	<b>8.755</b>	

Demonstração do resultado abrangente período de 6 meses e 3 meses findos em 30/06/2023 e 2022 (em milhares de reais)	Período de 6 meses findo em:			
	30/06/2023		30/06/2022	
Lucro líquido do período	32.817	88.373	15.624	47.117
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>32.817</b>	<b>88.373</b>	<b>15.624</b>	<b>47.117</b>

**Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas em 30/06/2023 e 31/12/2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A MNLT S.A. ("Companhia" ou "MNLT"), constituída em setembro de 2010. Atualmente, é controlada diretamente pela Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone") e indiretamente pela StoneCo Ltd ("StoneCo"), sociedade incorporada sob a Lei das Linhas Cayman, com ações listadas na NASDAQ (Nasdaq, B3: STOC31). A MNLT possui sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7.221, 14º andar. A Companhia é uma sociedade por ações que tinha como objeto principal a operação de aquisição, que compreendia a prestação de serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das associações (bandeiras) Visa, Mastercard e Diners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos. A operação com cartões de crédito e débito consiste na captura, processamento e liquidação de transações comerciais e financeiras dos cartões das mencionadas bandeiras. A MNLT, pela prestação desses serviços, cobrava dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tinha por objetivo:

(i) remunerar a bandeira e o emissor dos cartões de crédito e débito com o repasse de uma taxa pela sua prestação de serviços; e (ii) remunerar os serviços prestados pela MNLT. As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos. Em 31/10/2018 a Companhia cessou sua operação de aquisição, mantendo a licença junto ao Banco Central do Brasil ("BACEN"). Em 04/12/2018, após o encerramento de suas atividades, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO"), e com isto, a MNLT continuou gerando resultado financeiro positivo. A MNLT obteve o registro em 11/02/2022 na categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

**2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias condensadas:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As informações financeiras intermediárias condensadas da Companhia foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), equivalente a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board ("IASB") aplicáveis à elaboração da Informação Trimestral ("ITR"), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração da ITR. A apresentação da Demonstração do valor adicionado ("DVA") é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Segundo o International Financial Reporting Standards ("IFRS") a apresentação dessa demonstração não é requerida. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias condensadas. As informações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. 2.2. **Base de preparação e apresentação:** A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 30/06/2023. A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCP 07, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. A elaboração das informações financeiras intermediárias condensadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o período de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, determinação da vida útil dos ativos não-financeiros e provisão para impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. A emissão destas informações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14/08/2023.

2.3. **Principais políticas contábeis:** As informações financeiras intermediárias condensadas aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas, práticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados e apresentados nas informações financeiras referentes ao período findo em 31/12/2022. 3.1. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** Não existem novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 01/01/2023, que na opinião da Administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:** 30/06/2023 31/12/2022

Depósitos em bancos nacionais	32	18.945
Aplicações financeiras (a)	672	9.260
<b>Total</b>	<b>704</b>	<b>28.205</b>

(a) Referem-se preponderantemente a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários com liquidez diárias e risco insignificante de mudança de valor, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas pactuadas.

**5. Aplicações financeiras:** 30/06/2023 31/12/2022

Cotas FIDC TAPSO	929.451	844.624
<b>Total</b>	<b>929.451</b>	<b>844.624</b>

O FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29/12/2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. O objetivo do FIDC TAPSO é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de: (i) direitos creditórios, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade do regulamento; e (ii) ativos financeiros, observados os índices de composição e diversificação da carteira do FIDC TAPSO, conforme estabelecidos no regulamento. A movimentação das aplicações financeiras segue a seguir:

**6. IRPJ e CSLL:** a) **Reconciliação do resultado com IRPJ e CSLL:**

Período de 6 meses findo em:	30/06/2023		30/06/2022	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	50.007	133.687	23.731	71.313
Aliquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes</b>	<b>(17.002)</b>	<b>(45.454)</b>	<b>(8.069)</b>	<b>(24.246)</b>
Lei de incentivo à cultura e assistência social	—	38	—	(34)
Incentivos fiscais	107	126	28	90
Despesas permanentes	(295)	(24)	(66)	(6)
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(17.190)</b>	<b>(45.314)</b>	<b>(8.107)</b>	<b>(24.196)</b>
Impostos correntes	(11.926)	(28.898)	(6.642)	(14.632)
Impostos diferidos	(5.264)	(16.416)	(1.465)	(9.564)
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(17.190)</b>	<b>(45.314)</b>	<b>(8.107)</b>	<b>(24.196)</b>
Taxa (%) de alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%
<b>Impostos diferidos:</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Movimentação</b>	<b>30/06/2023</b>	
Diferenças temporárias	4.404	2.596	7.000	
Prejuízo fiscal/Base negativa (a)	27.815	(5.152)	22.663	
<b>Total ativo fiscal diferido</b>	<b>32.219</b>	<b>(2.556)</b>	<b>29.663</b>	
Reconhecimento de receita FIDC (b)	(18.200)	(2.708)	(20.908)	
<b>Total passivo fiscal diferido</b>	<b>(18.200)</b>	<b>(2.708)</b>	<b>(20.908)</b>	
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>14.019</b>	<b>(5.264)</b>	<b>8.755</b>	

(b) Em 30/06/2023, a Companhia possuía prejuízo fiscal de R\$ 66.681 (R\$ 81.828 em 31/12/2022) e base negativa da CSLL de R\$ 66.593 (R\$ 81.740 em 31/12/2022) passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição. (b) Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis. (c) **7. Transações com partes relacionadas:** As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas do Grupo StoneCo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações referem-se a despesas compartilhadas entre partes relacionadas e estão demonstrados a seguir:

Ativos	30/06/2023	31/12/2022
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. - (controlador direto comum)	698	887
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. - (controlador final comum)	221	157
STNE Participações S.A. - (controlador final comum)	98	—
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. - (controlador final comum)	83	361
Linx S.A. - (controlador final comum)	52	11
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. - (controlador final comum)	47	36
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. - (controlador direto comum)	42	44
Equals S.A. - (controlador final comum)	33	34
Linx Telecomunicações Ltda. - (controlador final comum)	28	26
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. - (controlador final comum)	21	5
Stone Logística Ltda. - (controlador final comum)	16	8
Vitta Corretora de Seguros Ltda. - (controlador final comum)	12	6
Stone Franchising Ltda. - (controlador final comum)	4	3
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. - (controlador final comum)	3	2
Vitta Serviços em Saúde Ltda. - (controlador final comum)	1	9
Stone Instituição de Pagamento S.A. - (controlador direto)	—	1.543
Cappta S.A. - (controlador final comum)	—	150
<b>Contas a receber de partes relacionadas</b>	<b>1.359</b>	<b>3.282</b>
<b>Passivos</b>	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. - (controlador final comum)	10.042	9.375
Stone Instituição de Pagamento S.A. - (controlador direto)	4.586	—
Linx S.A. - (controlador final comum)	33	—
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. - (controlador final comum)	—	292
<b>Contas a pagar de partes relacionadas</b>	<b>14.661</b>	<b>9.667</b>

Os administradores da Companhia também são administradores de outras Companhias pertencentes ao Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da MNLT não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

**8. Obrigações trabalhistas e previdenciárias:** 30/0

continuação

Table with columns: Trabalhista, Cível, Total. Rows: Saldos em 31/12/2021, Adições, Reversões, Pagamentos, Saldos em 30/06/2022, Saldos em 31/12/2022, Adições, Reversões, Juros, Saldos em 30/06/2023.

10.3 Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022. Rows: Trabalhistas (a), Cíveis (b), Tributárias (c).

(a) Refere-se principalmente a processos trabalhistas em que a MNLT é responsável solidária em condenações processuais de funcionários de parceiros ou empresa terceira contratada. (b) Acerca das ações relacionadas à operação nativa da MNLT, vale destacar uma ação de cobrança, em conjunto com outra empresa do grupo, proposta por determinado parceiro comercial, responsável por parte da captação e indicação de estabelecimentos comerciais, no montante de R\$ 5.335 em 30/06/2023 (R\$ 5.195 em 31/12/2022). (c) Refere-se principalmente a processos tributários que têm como objeto principal o aproveitamento de créditos tributários. 11. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 30/06/2023 o capital social no total de R\$ 524.653 (R\$ 524.653 em 31/12/2022), está dividido em 2.260.490.292 ações ordinárias e 10 ações preferenciais (2.260.490.292 ações ordinárias e 10 preferenciais em 31/12/2022), sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Table with columns: País sede, Ações, 30/06/2023, 31/12/2022. Rows: Stone Instituição de Pagamento S.A., Brasil, Ordinárias, Preferenciais.

Total do Capital Social 2.260.490.302 2.260.490.302

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/05/2022, a acionista da Companhia aprovou a redução de capital social em R\$ 150.000, sem o cancelamento de ações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/07/2022, a acionista da Companhia aprovou a redução de capital social em R\$ 650.000, sem o cancelamento de ações. b) Reserva de capital: Em 30/06/2023, a MNLT constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 9.621 (R\$ 1.285 em 30/06/2022), totalizando 20.509 (R\$ 8.383 em 30/06/2022) para a distribuição de remunerações baseadas em ações (Nota 14). c) Reserva legal: Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, a MNLT deve constituir reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder a 20% do capital social. Em 30/06/2023 a Companhia possuía um total de R\$ 39.379 em sua reserva legal (R\$ 32.341 em 30/06/2022). d) Reserva de lucros para expansão: A reserva de lucros para expansão foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, e alterações com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Em 30/06/2023, a Companhia possuía um total de R\$ 289.324 em sua reserva de lucros para expansão (R\$ 156.942 em 30/06/2022). e) Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal e pela eventual constituição da reserva para contingências e a respectiva reversão (se aplicável), conforme na forma prevista do artigo 205 da Lei nº 6.404/76. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31/03/2023, foi aprovada a distribuição de dividendos obrigatórios no montante de R\$ 1.337, referente ao exercício social de 2022, a serem pagos até 31 de dezembro de 2023.

12. Despesas:

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Despesa de pessoal, Serviços de terceiros, Captura e processamento (a), Taxas e Contribuições, Depreciação e amortização, Telefonia, Outras despesas operacionais, Outras despesas administrativas, Total.

(a) Refere-se a despesas de manutenção de licença. 13. Resultado Financeiro:

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, líquido.

(a) Receita sobre rendimentos das cotas do FIDC TAPSO, líquido de PIS/COFINS no montante de R\$ 3.968 em 30/06/2023 (R\$ 6.906 em 30/06/2022). 14. Pagamento baseado em ações: a) Unidades de Ações Restritas: Em setembro de 2018, a StoneCo outorgou Unidades de Ações Restritas ("UARs") relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados de suas controladas, sendo que alguns destes empregados foram transferidos para a Companhia em 2019 em função de alterações administrativas estratégicas no grupo. A partir da data destas movimentações as despesas de tais concessões passaram a ser reconhecidas na Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada é reconhecida durante o período de aquisição de direito ("vesting period"). Este programa está vinculado a condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo valor justo das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As ações restritas têm valor justo na data de outorga de R\$ 40,33 a R\$ 312,32 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 2 a 10 anos. Em 2023, a Companhia outorgou 156.132 UARs com valor justo médio na data de outorga de R\$ 48,31, que foram determinados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos e na taxa de câmbio, ambos na data da outorga. Além disso foram transferidas 447.930 UARs para a Companhia, e entregues 12.525 ações aos beneficiários. b) Unidades de Ações de Desempenho: Em 2022, a StoneCo outorgou Unidades de Ações de Desempenho ("UADs") relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados da Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de alcance de preço das ações da StoneCo em determinado período, sendo que a forma de outorga das ações segue também as regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga usando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa será reconhecida ao longo do período de aquisição. A condição de desempenho é considerada na estimativa do valor justo na data de outorga. O número de UADs a serem emitidas é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente

o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: taxa de juros livre de risco de 3,10% a 4,20% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 82,10% com base no histórico da Companhia. Em 2023, foram transferidas 132.782 UADs para a Companhia. c) Movimentação dos planos: As movimentações relativas aos períodos findos em 30/06/2023 e 2022 dos planos são apresentadas a seguir:

Table with columns: UARs, UADs, Total. Rows: Saldos em 31/12/2021, Outorgadas, Emitidas, Transferências entre empresas do grupo (a), Canceladas, Saldos em 30/06/2022, Saldos em 31/12/2022, Outorgadas, Emitidas, Transferências entre empresas do grupo (a).

(a) Referem-se a alterações administrativas estratégicas no Grupo StoneCo, que acarretaram a movimentação de empregados entre a Companhia e outras empresas do grupo. Em 30/06/2023, foi reconhecida provisão na rubrica de despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 9.582 (R\$ 1.328 em 30/06/2022) e reserva de capital no montante de R\$ 9.621 (R\$ 1.285 em 30/06/2022) referente à remuneração baseada em ações. 15. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas. Os quadros a seguir apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Lucro líquido do período, Número médio ponderado de ações, Média ponderada ajustada de ações, Lucro básico por ação - (em reais).

Lucro líquido do período 32.817 88.373 15.624 47.117

Número médio ponderado de ações 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

Média ponderada ajustada de ações 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

Lucro básico por ação - (em reais) 0,0145 0,0391 0,0069 0,0208

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Lucro líquido do período, Número médio ponderado de ações, Média ponderada ajustada de ações, Lucro diluído por ação - (em reais).

Lucro líquido do período 32.817 88.373 15.624 47.117

Número médio ponderado de ações 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

Média ponderada ajustada de ações 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

Lucro diluído por ação - (em reais) 0,0145 0,0391 0,0069 0,0208

16. Instrumentos financeiros: 16.1. Gestão de riscos: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, desenhada pelo time de gerenciamento de riscos, conforme políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento local de tesouraria ("Tesouraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. 16.1.1 Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição ao risco de crédito. 16.1.1.1 Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro: O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pela equipe de tesouraria da Companhia, de acordo com políticas internas do grupo. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável. 16.1.2 Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças nas condições de mercado. No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. A tesouraria Global gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas informações financeiras são discutidos a seguir. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. 16.1.2.1 Risco de taxa de juros: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros DI. Análise de sensibilidade de taxa de juros: A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 30/06/2023. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável as taxas de juros futuras em 30/06/2023 de 13,65% (13,65% em 31/12/2022) para o DI, disponíveis na B3. Desta maneira foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

16.1.2.2 Risco cambial: Pelo fato de a Companhia ter todas suas aplicações financeiras denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. 16.1.3 Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria local. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito comprometidas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração

o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: taxa de juros livre de risco de 3,10% a 4,20% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 82,10% com base no histórico da Companhia. Em 2023, foram transferidas 132.782 UADs para a Companhia. c) Movimentação dos planos: As movimentações relativas aos períodos findos em 30/06/2023 e 2022 dos planos são apresentadas a seguir:

Table with columns: Cenário I - Pro-ável, Cenário II - Stress de 25%, Cenário III - Stress de 50%. Rows: Operação, Taxa DI, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras.

Table with columns: Operação, Risco, Cenário I, Cenário II, Cenário III. Rows: Operação, Taxa DI, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras.

16.1.2.2 Risco cambial: Pelo fato de a Companhia ter todas suas aplicações financeiras denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. 16.1.3 Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria local. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito comprometidas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração

o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: taxa de juros livre de risco de 3,10% a 4,20% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 82,10% com base no histórico da Companhia. Em 2023, foram transferidas 132.782 UADs para a Companhia. c) Movimentação dos planos: As movimentações relativas aos períodos findos em 30/06/2023 e 2022 dos planos são apresentadas a seguir:

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Lucro líquido do período, Número médio ponderado de ações, Média ponderada ajustada de ações, Lucro diluído por ação - (em reais).

Lucro líquido do período 32.817 88.373 15.624 47.117

Número médio ponderado de ações 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

Média ponderada ajustada de ações 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

Lucro diluído por ação - (em reais) 0,0145 0,0391 0,0069 0,0208

16.2. Instrumentos financeiros por categoria: 16.2.1 Ativos conforme o balanço patrimonial:

Table with columns: Custo amortizado, VJR, Total. Rows: Em 30/06/2023, Aplicações financeiras, Contas a receber de partes relacionadas, Outros créditos, Em 31/12/2022, Aplicações financeiras, Contas a receber de partes relacionadas, Outros créditos.

16.2.2 Passivos conforme o balanço patrimonial:

Table with columns: Custo amortizado, Total. Rows: Em 30/06/2023, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas, Outras contas a pagar, Em 31/12/2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas, Outras contas a pagar.

16.3. Estimativa do valor justo: 16.3.1 Ativos e passivos por hierarquia do valor justo: Apresentamos a seguir uma análise dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por nível de hierarquia de valor justo:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022, Valor justo, hierarquia, Valor justo, hierarquia. Rows: Ativos financeiros, Passivos financeiros, Total.

(a) As aplicações financeiras são avaliadas pelo valor justo. Os valores correspondem integralmente a aplicação que a Companhia possui no FIDC TAPSO, sendo os valores classificados como nível II, o mesmo é valorizado por dados observáveis mais a uniformização dos critérios contábeis. A receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis. 16.3.2 Valor justo de instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo: A tabela a seguir apresenta uma comparação por classe entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, exceto aqueles cujos valores contábeis são aproximações razoáveis dos valores justos:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022, Valor contábil, Valor justo, Valor contábil, Valor justo. Rows: Passivos financeiros, Total.

(a) Os valores justos dos Empréstimos e Financiamentos são estimados descontando os fluxos de caixa contratuais futuros pelas taxas de juros disponíveis no mercado que estão disponíveis para a Companhia para instrumentos financeiros similares. 16.4. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios aos seus acionistas e parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no Caixa líquido ajustado, e sua estratégia é manter um Caixa líquido ajustado positivo. O Caixa líquido ajustado em 30/06/2023 e 31/12/2022 era o seguinte:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022. Rows: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de partes relacionadas, Caixa ajustado, Dívida ajustada, Caixa líquido ajustado.

17. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A avaliação da cobertura dos seguros não foi escopo do trabalho dos auditores independentes, a qual é de responsabilidade da Administração. As coberturas em 30/06/2023 e 31/12/2022:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022. Rows: Riscos cibernéticos, Total.

A Diretoria  
Camila Del Poente - Contadora - CRC -1SP 290887/0-8

os planos de financiamento de dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é gerido pela tesouraria local, que investe o excedente de caixa em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantém aplicações financeiras de R\$ 0 (R\$ 9.190 - em 31/12/2022) que devem gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Menos de 1 ano Entre 1 e 2 anos

Table with columns: Em 30/06/2023, Fornecedores, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas, Outras contas a pagar, Em 31/12/2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas, Outras contas a pagar.

16.2. Instrumentos financeiros por categoria: 16.2.1 Ativos conforme o balanço patrimonial:

Table with columns: Custo amortizado, VJR, Total. Rows: Em 30/06/2023, Aplicações financeiras, Contas a receber de partes relacionadas, Outros créditos, Em 31/12/2022, Aplicações financeiras, Contas a receber de partes relacionadas, Outros créditos.

16.2.2 Passivos conforme o balanço patrimonial:

Table with columns: Custo amortizado, Total. Rows: Em 30/06/2023, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas, Outras contas a pagar, Em 31/12/2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas, Outras contas a pagar.

16.3. Estimativa do valor justo: 16.3.1 Ativos e passivos por hierarquia do valor justo: Apresentamos a seguir uma análise dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por nível de hierarquia de valor justo:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022, Valor justo, hierarquia, Valor justo, hierarquia. Rows: Ativos financeiros, Passivos financeiros, Total.

(a) As aplicações financeiras são avaliadas pelo valor justo. Os valores correspondem integralmente a aplicação que a Companhia possui no FIDC TAPSO, sendo os valores classificados como nível II, o mesmo é valorizado por dados observáveis mais a uniformização dos critérios contábeis. A receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis. 16.3.2 Valor justo de instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo: A tabela a seguir apresenta uma comparação por classe entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, exceto aqueles cujos valores contábeis são aproximações razoáveis dos valores justos:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022, Valor contábil, Valor justo, Valor contábil, Valor justo. Rows: Passivos financeiros, Total.

(a) Os valores justos dos Empréstimos e Financiamentos são estimados descontando os fluxos de caixa contratuais futuros pelas taxas de juros disponíveis no mercado que estão disponíveis para a Companhia para instrumentos financeiros similares. 16.4. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios aos seus acionistas e parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no Caixa líquido ajustado, e sua estratégia é manter um Caixa líquido ajustado positivo. O Caixa líquido ajustado em 30/06/2023 e 31/12/2022 era o seguinte:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022. Rows: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de partes relacionadas, Caixa ajustado, Dívida ajustada, Caixa líquido ajustado.

17. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A avaliação da cobertura dos seguros não foi escopo do trabalho dos auditores independentes, a qual é de responsabilidade da Administração. As coberturas em 30/06/2023 e 31/12/2022:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022. Rows: Riscos cibernéticos, Total.

A Diretoria  
Camila Del Poente - Contadora - CRC -1SP 290887/0-8

a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação complementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14/08/2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes  
CRC-SP-034519/O

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto  
Contador  
CRC-SP-300534/O

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/08/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



continuação

Table with columns: Trabalhista, Cível, Total. Rows: Saldos em 31/12/2021, Adições, Reversões, Pagamentos, Saldos em 30/06/2022, Saldos em 31/12/2022, Adições, Reversões, Juros, Saldos em 30/06/2023.

10.3 Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022. Rows: Trabalhistas (a), Cíveis (b), Tributárias (c).

(a) Refere-se principalmente a processos trabalhistas em que a MNLT é responsável solidária em condenações processuais de funcionários de parceiros ou empresa terceira contratada. (b) Acerca das ações relacionadas à operação nativa da MNLT, vale destacar uma ação de cobrança, em conjunto com outra empresa do grupo, proposta por determinado parceiro comercial, responsável por parte da captação e indicação de estabelecimentos comerciais, no montante de R\$ 5.335 em 30/06/2023 (R\$ 5.195 em 31/12/2022). (c) Refere-se principalmente a processos tributários que têm como objeto principal o aproveitamento de créditos tributários. 11. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 30/06/2023 o capital social no total de R\$ 524.653 (R\$ 524.653 em 31/12/2022), está dividido em 2.260.490.292 ações ordinárias e 10 ações preferenciais (2.260.490.292 ações ordinárias e 10 preferenciais em 31/12/2022), sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Table with columns: País sede, Ações, 30/06/2023, 31/12/2022. Rows: Stone Instituição de Pagamento S.A., Brasil, Ordinárias, Preferenciais.

Total do Capital Social 2.260.490.302 2.260.490.302

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/05/2022, a acionista da Companhia aprovou a redução de capital social em R\$ 150.000, sem o cancelamento de ações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/07/2022, a acionista da Companhia aprovou a redução de capital social em R\$ 650.000, sem o cancelamento de ações. b) Reserva de capital: Em 30/06/2023, a MNLT constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 9.621 (R\$ 1.285 em 30/06/2022), totalizando 20.509 (R\$ 8.383 em 30/06/2022) para a distribuição de remunerações baseadas em ações (Nota 14). c) Reserva legal: Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, a MNLT deve constituir reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder a 20% do capital social. Em 30/06/2023 a Companhia possuía um total de R\$ 39.379 em sua reserva legal (R\$ 32.341 em 30/06/2022). d) Reserva de lucros para expansão: A reserva de lucros para expansão foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, e alterações com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Em 30/06/2023, a Companhia possuía um total de R\$ 289.324 em sua reserva de lucros para expansão (R\$ 156.942 em 30/06/2022). e) Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal e pela eventual constituição da reserva para contingências e a respectiva reversão (se aplicável), conforme na forma prevista do artigo 205 da Lei nº 6.404/76. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31/03/2023, foi aprovada a distribuição de dividendos obrigatórios no montante de R\$ 1.337, referente ao exercício social de 2022, a serem pagos até 31 de dezembro de 2023.

12. Despesas:

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Despesa de pessoal, Serviços de terceiros, Captura e processamento (a), Taxas e Contribuições, Depreciação e amortização, Telefonia, Outras despesas operacionais, Outras despesas administrativas, Total.

(a) Refere-se a despesas de manutenção de licença. 13. Resultado Financeiro:

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, líquido.

(a) Receita sobre rendimentos das cotas do FIDC TAPSO, líquido de PIS/COFINS no montante de R\$ 3.968 em 30/06/2023 (R\$ 6.906 em 30/06/2022). 14. Pagamento baseado em ações: a) Unidades de Ações Restritas: Em setembro de 2018, a StoneCo outorgou Unidades de Ações Restritas ("UARs") relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados de suas controladas, sendo que alguns destes empregados foram transferidos para a Companhia em 2019 em função de alterações administrativas estratégicas no grupo. A partir da data destas movimentações as despesas de tais concessões passaram a ser reconhecidas na Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada é reconhecida durante o período de aquisição de direito ("vesting period"). Este programa está vinculado a condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo valor justo das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As ações restritas têm valor justo na data de outorga de R\$ 40,33 a R\$ 312,32 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 2 a 10 anos. Em 2023, a Companhia outorgou 156.132 UARs com valor justo médio na data de outorga de R\$ 48,31, que foram determinados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos e na taxa de câmbio, ambos na data da outorga. Além disso foram transferidas 447.930 UARs para a Companhia, e entregues 12.525 ações aos beneficiários. b) Unidades de Ações de Desempenho: Em 2022, a StoneCo outorgou Unidades de Ações de Desempenho ("UADs") relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados da Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de alcance de preço das ações da StoneCo em determinado período, sendo que a forma de outorga das ações segue também as regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga usando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa será reconhecida ao longo do período de aquisição. A condição de desempenho é considerada na estimativa do valor justo na data de outorga. O número de UADs a serem emitidas é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente

o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: taxa de juros livre de risco de 3,10% a 4,20% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 82,10% com base no histórico da Companhia. Em 2023, foram transferidas 132.782 UADs para a Companhia. c) Movimentação dos planos: As movimentações relativas aos períodos findos em 30/06/2023 e 2022 dos planos são apresentadas a seguir:

Table with columns: UARs, UADs, Total. Rows: Saldos em 31/12/2021, Outorgadas, Emitidas, Transferências entre empresas do grupo (a), Canceladas, Saldos em 30/06/2022, Saldos em 31/12/2022, Outorgadas, Emitidas, Transferências entre empresas do grupo (a).

(a) Referem-se a alterações administrativas estratégicas no Grupo StoneCo, que acarretaram a movimentação de empregados entre a Companhia e outras empresas do grupo. Em 30/06/2023, foi reconhecida provisão na rubrica de despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 9.582 (R\$ 1.328 em 30/06/2022) e reserva de capital no montante de R\$ 9.621 (R\$ 1.285 em 30/06/2022) referente à remuneração baseada em ações. 15. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas. Os quadros a seguir apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Lucro líquido do período, Número médio ponderado de ações, Média ponderada ajustada de ações, Lucro básico por ação - (em reais).

Lucro líquido do período 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

16. Instrumentos financeiros: 16.1. Gestão de riscos: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, desenhada pelo time de gerenciamento de riscos, conforme políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento local de tesouraria ("Tesouraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. 16.1.1 Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição ao risco de crédito. 16.1.1.1 Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro: O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pela equipe de tesouraria da Companhia, de acordo com políticas internas do grupo. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável. 16.1.2 Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças nas condições de mercado. No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. A tesouraria Global gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas informações financeiras são discutidos a seguir. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. 16.1.2.1 Risco de taxa de juros: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros DI. Análise de sensibilidade de taxa de juros: A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 30/06/2023. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável as taxas de juros futuras em 30/06/2023 de 13,65% (13,65% em 31/12/2022) para o DI, disponíveis na B3. Desta maneira foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Lucro líquido do período, Número médio ponderado de ações, Média ponderada ajustada de ações, Lucro diluído por ação - (em reais).

Lucro líquido do período 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

16.1.2.2 Risco cambial: Pelo fato de a Companhia ter todas suas aplicações financeiras denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. 16.1.3 Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria local. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito comprometidas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração

o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: taxa de juros livre de risco de 3,10% a 4,20% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 82,10% com base no histórico da Companhia. Em 2023, foram transferidas 132.782 UADs para a Companhia. c) Movimentação dos planos: As movimentações relativas aos períodos findos em 30/06/2023 e 2022 dos planos são apresentadas a seguir:

Table with columns: UARs, UADs, Total. Rows: Saldos em 31/12/2021, Outorgadas, Emitidas, Transferências entre empresas do grupo (a), Canceladas, Saldos em 30/06/2022, Saldos em 31/12/2022, Outorgadas, Emitidas, Transferências entre empresas do grupo (a).

(a) Referem-se a alterações administrativas estratégicas no Grupo StoneCo, que acarretaram a movimentação de empregados entre a Companhia e outras empresas do grupo. Em 30/06/2023, foi reconhecida provisão na rubrica de despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 9.582 (R\$ 1.328 em 30/06/2022) e reserva de capital no montante de R\$ 9.621 (R\$ 1.285 em 30/06/2022) referente à remuneração baseada em ações. 15. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas. Os quadros a seguir apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Lucro líquido do período, Número médio ponderado de ações, Média ponderada ajustada de ações, Lucro diluído por ação - (em reais).

Lucro líquido do período 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

16. Instrumentos financeiros: 16.1. Gestão de riscos: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, desenhada pelo time de gerenciamento de riscos, conforme políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento local de tesouraria ("Tesouraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. 16.1.1 Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição ao risco de crédito. 16.1.1.1 Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro: O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pela equipe de tesouraria da Companhia, de acordo com políticas internas do grupo. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável. 16.1.2 Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças nas condições de mercado. No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. A tesouraria Global gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas informações financeiras são discutidos a seguir. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. 16.1.2.1 Risco de taxa de juros: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros DI. Análise de sensibilidade de taxa de juros: A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 30/06/2023. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável as taxas de juros futuras em 30/06/2023 de 13,65% (13,65% em 31/12/2022) para o DI, disponíveis na B3. Desta maneira foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Lucro líquido do período, Número médio ponderado de ações, Média ponderada ajustada de ações, Lucro diluído por ação - (em reais).

Lucro líquido do período 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

16. Instrumentos financeiros: 16.1. Gestão de riscos: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, desenhada pelo time de gerenciamento de riscos, conforme políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento local de tesouraria ("Tesouraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. 16.1.1 Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição ao risco de crédito. 16.1.1.1 Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro: O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pela equipe de tesouraria da Companhia, de acordo com políticas internas do grupo. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável. 16.1.2 Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças nas condições de mercado. No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. A tesouraria Global gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas informações financeiras são discutidos a seguir. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. 16.1.2.1 Risco de taxa de juros: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros DI. Análise de sensibilidade de taxa de juros: A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 30/06/2023. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável as taxas de juros futuras em 30/06/2023 de 13,65% (13,65% em 31/12/2022) para o DI, disponíveis na B3. Desta maneira foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Lucro líquido do período, Número médio ponderado de ações, Média ponderada ajustada de ações, Lucro diluído por ação - (em reais).

Lucro líquido do período 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

16. Instrumentos financeiros: 16.1. Gestão de riscos: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, desenhada pelo time de gerenciamento de riscos, conforme políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento local de tesouraria ("Tesouraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. 16.1.1 Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição ao risco de crédito. 16.1.1.1 Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro: O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pela equipe de tesouraria da Companhia, de acordo com políticas internas do grupo. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável. 16.1.2 Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças nas condições de mercado. No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. A tesouraria Global gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas informações financeiras são discutidos a seguir. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. 16.1.2.1 Risco de taxa de juros: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros DI. Análise de sensibilidade de taxa de juros: A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 30/06/2023. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável as taxas de juros futuras em 30/06/2023 de 13,65% (13,65% em 31/12/2022) para o DI, disponíveis na B3. Desta maneira foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Table with columns: Operação, 30/06/2023, Risco, 31/12/2022, Risco. Rows: Taxa DI, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras.

Table with columns: Operação, 31/12/2022, Risco, Cenário I, Cenário II, Cenário III. Rows: Taxa DI, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras.

16.1.2.2 Risco cambial: Pelo fato de a Companhia ter todas suas aplicações financeiras denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. 16.1.3 Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria local. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito comprometidas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração

Table with columns: Período de 6 meses findo em, Trimestre findo em, 30/06/2023, 30/06/2022, 30/06/2023, 30/06/2022. Rows: Lucro líquido do período, Número médio ponderado de ações, Média ponderada ajustada de ações, Lucro diluído por ação - (em reais).

Lucro líquido do período 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302 2.260.490.302

Relatório sobre a revisão de informações financeiras trimestrais condensadas

2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Conclusão: Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias condensadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findos em 30/06/2023, elaborada sob

os planos de financiamento de dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é gerido pela tesouraria local, que investe o excedente de caixa em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantém aplicações financeiras de R\$ 0 (R\$ 9.190 - em 31/12/2022) que devem gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Table with columns: Menos de 1 ano, Entre 1 e 2 anos. Rows: Em 30/06/2023, Fornecedores, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas, Outras contas a pagar.

Table with columns: Em 31/12/2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas, Outras contas a pagar.

16.2. Instrumentos financeiros por categoria: 16.2.1 Ativos conforme o balanço patrimonial:

Table with columns: Custo amortizado, VJR, Total. Rows: Em 30/06/2023, Aplicações financeiras, Contas a receber de partes relacionadas, Outros créditos.

Table with columns: Em 31/12/2022, Aplicações financeiras, Contas a receber de partes relacionadas, Outros créditos.

16.2.2 Passivos conforme o balanço patrimonial:

Table with columns: Custo amortizado, Total. Rows: Em 30/06/2023, Fornecedores, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas, Outras contas a pagar.

Table with columns: Em 31/12/2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas, Outras contas a pagar.

16.3. Estimativa do valor justo: 16.3.1 Ativos e passivos por hierarquia do valor justo: Apresentamos a seguir uma análise dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por nível de hierarquia de valor justo:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022, Valor justo, hierarquia, Valor justo, hierarquia. Rows: Ativos financeiros, Aplicações financeiras (a), Contas a receber de partes relacionadas, Outros créditos, Total.

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022, Valor justo, hierarquia, Valor justo, hierarquia. Rows: Passivos financeiros, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas, Outras contas a pagar, Total.

(a) As aplicações financeiras são avaliadas pelo valor justo. Os valores correspondem integralmente a aplicação que a Companhia possui no FIDC TAPSO, sendo os valores classificados como nível II, o mesmo é valorizado por dados observáveis mais a uniformização dos critérios contábeis. A receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis. 16.3.2 Valor justo de instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo: A tabela a seguir apresenta uma comparação por classe entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, exceto aqueles cujos valores contábeis são aproximações razoáveis dos valores justos:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022, Valor contábil, Valor justo, Valor contábil, Valor justo. Rows: Passivos financeiros, Empréstimos e financiamentos (a), Total.

(a) Os valores justos dos Empréstimos e Financiamentos são estimados descontando os fluxos de caixa contratuais futuros pelas taxas de juros disponíveis no mercado que estão disponíveis para a Companhia para instrumentos financeiros similares. 16.4. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios aos seus acionistas e parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no Caixa líquido ajustado, e sua estratégia é manter um Caixa líquido ajustado positivo. O Caixa líquido ajustado em 30/06/2023 e 31/12/2022 era o seguinte:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de partes relacionadas, Caixa ajustado, Dívida ajustada, (=) Caixa líquido ajustado.

17. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A avaliação da cobertura dos seguros não foi escopo do trabalho dos auditores independentes, a qual é de responsabilidade da Administração. As coberturas em 30/06/2023 e 31/12/2022:

Table with columns: 30/06/2023, 31/12/2022, Riscos cibernéticos, Total.

A Diretoria

Camila Del Poente - Contadora - CRC -1SP 290887/0-8

a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação complementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e

## FC0821 Holding e Participações S.A.

(em organização)

**Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações realizada em 20 de junho de 2023**  
**Data, Hora e Local:** Aos 20 de Junho de 2023, às 11:00 horas, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-904. **Quorum de Instalação:** verificou-se a presença dos Acionistas Fundadores da Sociedade conforme boletins de subscrição, (Anexo II) e lista de presença (Anexo III). **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Srta. Helena Cardoso Cunha, que convidou a mim Roberta Godoy Fauth, para secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a: (a) Constituição da Companhia; (b) subscrição e forma de integralização de seu capital social; (c) aprovação do Estatuto Social da Companhia; (d) elaboração da ata em forma de sumário; e (e) eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, a Assembleia deliberou, por unanimidade: (a) constituir a **FC0821 Holding e Participações S.A.**, sociedade por ações com sede nesta Capital, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-904; (b) fixar o capital social da Companhia em R\$ 100,00 (cem reais) dividido em 100 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada ação, totalmente subscritas e totalmente integralizadas, nesta data, conforme boletins de subscrição anexos. (c) aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata (Anexo I); (d) aprovar, nos termos, do § 1º art. 130 da Lei nº 6.404/76, lavrar a ata desta assembleia em forma de sumário; (e) eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato anual que vigorará até a sua destituição ou posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2024. **Diretoras:** **Roberta Godoy Fauth**, brasileira, maior, em união estável, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 1060453592 SSP/RS, inscrita no CPF/ME sob o nº 997.238.240-00, residente e domiciliada na cidade de Coia, Estado de São Paulo, na Rua Azoizinda Lopes, nº 900, Jardim da Glória, CEP 06711-150, para o cargo de diretora sem designação específica; e **Helena Cardoso Cunha**, brasileira, maior, solteira, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 44.011.495-0 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 439.287.248-35, nascida em 29/11/1996, residente e domiciliada na cidade e estado de São Paulo, na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 153 – 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120, para o cargo de diretoras sem designação específica. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenadas a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 20 de Junho de 2023. **Helena Cardoso Cunha** – Presidente da Assembleia, diretora eleita e Acionista; **Roberta Godoy Fauth** – Secretária da Assembleia, diretora eleita. Visto da Advogada: **Roberta Godoy Fauth** – OAB/SP nº 36.392. **Acionistas:** **Helena Cardoso Cunha; Frampar Participações Ltda. (Anexo I) Estatuto Social. FC0821 Holding e Participações S.A.** (Assembleia Geral de Constituição realizada em 20 de junho de 2023.) **Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo Primeiro.** A **FC0821 Holding e Participações S.A.**, é uma sociedade anônima que rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo.** A companhia tem sede e foro nesta Capital, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-904, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Artigo Terceiro.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”). **Artigo Quarto.** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Do Capital. Artigo Quinto.** O capital social de R\$ 100,00 (cem reais), representado por 100 (cem) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo totalmente integralizados nesta data. **Parágrafo Primeiro.** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **Parágrafo Segundo.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo Terceiro.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo Sexto.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Parágrafo Segundo.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo Sétimo.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **Parágrafo Primeiro.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo.** A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo Oitavo.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo Nono.** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo Décimo.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações “ad judicia”, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo Único.** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo Décimo Primeiro.** Compete à diretoria supervisionar o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo Décimo Segundo.** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Disposições Gerais. Artigo Décimo Terceiro.** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo Décimo Quarto.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo Décimo Quinto.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo Décimo Sexto.** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo Décimo Sétimo.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quorum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo Décimo Oitavo.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Helena Cardoso Cunha** – Presidente da Assembleia, diretora eleita e Acionista; **Roberta Godoy Fauth** – Secretária da Assembleia, diretora eleita. Visto da Advogada: **Roberta Godoy Fauth** – OAB/SP nº 36.392. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.618.700 em 04/07/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ/MF nº 42.584.318/0001-07 – NIRE 35.300.132.807

**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023**

**Hora e Local:** 16:00 horas, na sede social, na sede social da Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ sob o nº 42.584.318/0001-07 (“Companhia”), localizada na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 700, 10º andar (parte) e 12º e 14º andares (partes), Itaim Bibi, cidade e estado de São Paulo. **Convocação e Quorum:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Marcelo Augusto Ramos. **Documentos Lidos na Assembleia e Autenticados:** Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia, juntamente com o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, publicados no jornal “Valor Econômico” dos dias 18, 19 e 20 de março de 2023, páginas E17 e E18. **Deliberações:** Todas tomadas pelos votos do acionista único: (a) foi aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 (“LSA”); (b) foi dispensada a convocação pela imprensa na forma do art. 124, § 4º, da LSA, e dispensada a publicação de anúncios nos termos do art. 133, § 5º da LSA; (c) foram examinadas, discutidas e aprovadas as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (d) foi aprovada a destinação de montante equivalente a R\$ 42.967.353,04 (quarenta e dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e quatro centavos) à conta Reserva de Lucros – Estatutária da Companhia; (e) foi aprovada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 14.322.451,01 (quatorze milhões, trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e um centavo), relativa aos lucros auferidos pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (f) foi aprovada a verba global e anual dos administradores da Companhia, que será no valor de até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser distribuída entre os Diretores conforme deliberação da Diretoria; (g) foi eleito para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do ano de 2025, o Sr. **Haroldo Cardoso Costa Amaral**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 43.609.230-X – SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 309.378.238-48, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com escritório na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes), Itaim Bibi, CEP 04542-000; (h) foram reeleitos para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do ano de 2025 (i) a Sr. **Milena Weiss Aloisi**, brasileira, casada, administradora de empresa, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.915.134-X SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 283.013.918-63, como Diretora sem designação específica; (ii) o Sr. **Teodoro Zemella Bruno de Lima**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.628.643 – SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 094.077.858-07, como Diretor sem designação específica; (iii) o Sr. **Daniel Henrique Cohn**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.952.542 – SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 153.622.118-03, como Diretor sem designação específica; (iv) o Sr. **Daniel Veiga de Carvalho**, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 2.502.719 – SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 043.718.403-02, como Diretor sem designação específica; (v) **Marcelo Augusto Ramos**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 14.091.912 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 075.571.258-78, como Diretor sem designação específica; (vi) **Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 1.972.638-1 SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 533.134.611-15, como Diretor sem designação específica; e (vii) **Leonardo Raibin**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 27.331.485-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 262.058.568-67, como Diretor sem designação específica; e (viii) **Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez**, argentina, casada, bancária, portadora do RNE nº V635549-0/DPF, e inscrita no CPF sob o nº 233.827.708-22, como Diretora sem designação específica, todos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com escritório na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes), Itaim Bibi, CEP 04542-000; (j) os Diretores ora eleitos e reeleitos declaram não estar incurso em quaisquer crimes previstos em lei; que os impeçam de exercer a atividade mercantil, conforme declarações e termos de posse arquivados na sede da Companhia; (k) os Diretores ora eleitos e reeleitos preenchem todas as condições estabelecidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.122, de 02 de agosto de 2012, necessárias para o exercício do cargo para os quais foram eleitos ou reeleitos, conforme o caso; e (l) nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes. **Assinaturas dos Presentes:** Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça – Presidente; Marcelo Augusto Ramos – Secretário; Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., neste ato representado pelos seus diretores Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça e Milena Weiss Aloisi, na forma de seu Estatuto Social. Certidão. Confere com o original lavrado no livro próprio. **Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça** – Presidente da Assembleia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 328.608/23-3 em 16/08/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## Vincula – Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

CNPJ nº 01.025.974/0001-92 - NIRE 35.300.438.507

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de julho de 2023**

**1. Data, hora e local:** Realizada no dia 25 de julho de 2023, às 10h00, na sede social da Vincula – Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. (“Companhia”), localizada na cidade de Rio Claro, estado de São Paulo, na Avenida Brasil, nº 2.983, Distrito Industrial, CEP 13.505-600. **2. Convocação e presença:** Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), tendo em vista a presença dos acionistas detentores de ações que representam a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. **José Antônio Toledo Vieira** e secretariada pela Sr. **Janete da Silva Cesário**. **4. Ordem do dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia (i) a destituição do Sr. **Andrés Marcelo Cima** ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) a consignação da composição consolidada do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos e assinem todos os documentos para fazer cumprir as deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia”). **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após exame e análise das matérias constantes da ordem do dia (i) os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a destituição do Sr. **Andrés Marcelo Cima**, argentino, casado, administrador, portador do RNE nº V687266X, inscrito no CPF sob o nº 234.199.858-51, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, na Avenida Dr. Celso Charuri, nº 7.500, Jardim Manoel Penna, CEP 14.098-515, ao cargo de Membro do Conselho de Administração. **5.2.** Consignar que, em razão da deliberação tomada no item 5.1 acima, o Conselho de Administração passa a ser composto pelos seguintes membros: (i) **José Antônio Toledo Vieira**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.437.853, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 064.402.958-70, ocupando o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **José Roberto Correa Teixeira Ferraz**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.899.846, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 091.400.828-57, ocupando o cargo de Membro do Conselho de Administração; (iii) **Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.351.816, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 219.544.638-20, ocupando o cargo de Membro do Conselho de Administração; (iv) **Harry Peter Grandberg**, brasileiro, engenheiro mecânico, divorciado, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.128.057-0, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 077.232.018-77, ocupando o cargo de Membro do Conselho de Administração; e (v) **Fernando Antonio de Matos Carriho**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, engenheiro civil e empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 541.7804, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 007.780.214-40, ocupando o cargo de **Conselheiro Independente**; todos com endereço comercial na cidade de Rio Claro, estado de São Paulo, Avenida Brasil, nº 2.983, Distrito Industrial, CEP 13.505-600, e com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, que poderá se estender até a posse dos seus respectivos sucessores, conforme permite o art. 17 do Estatuto Social da Companhia. **5.3.** Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos e assinem todos os documentos para fazer cumprir as deliberações tomadas nesta Assembleia. **6. Encerramento:** Por fim, a palavra foi concedida àqueles que dela quisessem fazer uso, não existindo manifestações. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata na forma de sumário, conforme faculta o §1º do artigo 130 da Lei das S.A., a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada via plataforma IziSign. Os membros da mesa e os acionistas da Companhia presentes reconhecem e concordam com a assinatura por meio da referida plataforma, atestando sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia. Rio Claro/SP, 25 de julho de 2023. **Mesa:** **José Antônio Toledo Vieira**, Presidente; **Janete da Silva Cesário**, Secretária. **Acionistas Presentes:** **Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimentos e Participações Multiestratégia**, Representado por **Pátria Investimentos Ltda**, na qualidade de gestora, Daniel Rizardi Sorrentino, Diretor e Fernanda Garrelhas Miranda, Diretora. **Pátria Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, Representado por **Pátria Investimentos Ltda**, na qualidade de gestora, Daniel Rizardi Sorrentino, Diretor e Fernanda Garrelhas Miranda, Diretora. JUCESP nº 329.874/23-8 em 17/08/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/ME nº 60.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam os Srs. acionistas da Fortec S/A Participações e Empreendimentos (“Companhia”) convocados a se reunirem em 22 de setembro de 2023, às 14:00 hrs, na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, São Paulo/SP (sede social), para a realização da Assembleia Geral Ordinária, com a finalidade de (i) examinar, discutir e deliberar sobre as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) fixar a remuneração anual global da diretoria. As demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram publicadas nos dias 05, 06 e 07 de agosto, na forma da lei, e estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. **Thales Lobo Pecanha** - Diretor Presidente. (19, 22 e 23/08/2023)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/08/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



SIGRISCH Participações S.A											
CNPJ/MF nº 09.189.438/0001-34											
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em Reais - R\$)											
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Descrição</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de Lucros</b>	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	
<b>Circulante</b>		<b>1.327.831,03</b>	<b>1.542.056,54</b>	<b>Saldo em 31.12.20</b>	<b>16.836.184,00</b>	<b>24.509.315,92</b>	<b>1.310.863,84</b>	<b>46.626.957,12</b>		<b>-89.283.320,88</b>	
Caixa e equivalentes de caixa (4.a)		423.610,98	501.371,86	Resultado do exercício	-	-	-	-	9.744.257,50	9.744.257,50	
Valores em bolsa		517.484,68	517.484,68	Transferência	-	-	-	9.744.257,50	(9.744.257,50)	-	
Aluguéis a receber		-	1.200,00	<b>Saldo em 31.12.21</b>	<b>16.836.184,00</b>	<b>24.509.315,92</b>	<b>1.310.863,84</b>	<b>56.371.214,62</b>		<b>-99.027.578,38</b>	
Creditos de vendas de imóveis		386.735,37	522.000,00	Resultado do exercício	-	-	-	-	(5.171.058,33)	(5.171.058,33)	
<b>Não circulante</b>		<b>92.449.027,87</b>	<b>97.913.400,63</b>	Transferência	-	-	-	(5.171.058,33)	5.171.058,33	-	
Creditos de vendas de imóveis		-	397.500,00	Ajuste de períodos anteriores	-	-	-	91.103,68	-	91.103,68	
Investimento líquido	(4.b)	92.449.027,87	97.913.400,63	Lucros distribuídos	-	-	-	-	-	-	
<b>Total do ativo</b>		<b>93.776.858,90</b>	<b>99.455.457,17</b>	<b>Saldo em 31.12.22</b>	<b>16.836.184,00</b>	<b>24.509.315,92</b>	<b>1.310.863,84</b>	<b>51.291.259,97</b>		<b>-93.947.623,73</b>	
<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
<b>Circulante</b>		<b>5.206,28</b>	<b>114.427,90</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Método indireto</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Obrigações fiscais (4.c)		5.206,28	3.057,52	Receita bruta	111.163,97	87.516,07	Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Adiantamentos		-	20.266,70	Impostos sobre a receita bruta	(4.057,48)	(3.194,31)	Lucro do exercício			(5.171.058,33)	9.744.257,50
Cisão (4.d)		-	91.103,68	<b>Receitas líquidas</b>	<b>107.106,49</b>	<b>84.321,76</b>	<b>Ajustes para conciliar o resultado gerado p/ disponibilidades</b>				
<b>Não circulante</b>		<b>313.450,89</b>	<b>313.450,89</b>	Despesas gerais	(50.318,81)	(52.420,82)	Equivalência patrimonial			5.255.738,76	(9.730.961,56)
Exigível a longo prazo		-	-	Despesas tributárias	(29.235,19)	(25.031,31)	Ajuste de períodos anteriores			91.103,68	-
AFAC (4.e)		313.450,89	313.450,89	Receitas financeiras	60.249,95	18.134,19	<b>1 - Variação dos ativos e passivos</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>93.458.201,73</b>	<b>99.027.578,38</b>	Despesas financeiras	(1.217,15)	(634,42)	Clientes			-	468.000,00
Capital social (4.f)		16.836.184,00	16.836.184,00	Outras receitas	21.092,52	-	Obrigações fiscais			-	(329,28)
Ajuste de avaliação patrimonial		24.509.315,92	24.509.315,92	Resultado de equivalência patrimonial	(5.255.738,76)	9.730.961,56	Cisão			-	(519.592,85)
Reserva legal		1.310.863,84	1.310.863,84	Resultado antes das provisões	(5.148.060,95)	9.755.330,96	<b>Caixa gerado pelas(atividade) operacional</b>			<b>175.784,11</b>	<b>(38.626,19)</b>
Retenção de lucros		50.801.837,97	56.371.214,62	CSLL (8.624,02)	(8.624,02)	(4.152,55)	<b>2 - Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
<b>Total do passivo</b>		<b>93.776.858,90</b>	<b>99.455.457,17</b>	IRPJ (1.437,36)	(1.437,36)	(6.920,91)	Aquisição novos investimentos			(188.866,00)	-
<b>NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>				<b>4. Detalhamento das contas:</b>				<b>3 - Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>1. Contexto Operacional:</b> A Sigrisch Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo. A sociedade tem por objetivos sociais a participação em empreendimentos, em consórcios de empresas, na administração de bens próprios e participação em outras sociedades como sócia ou acionista. <b>2. Base de preparação:</b>				<b>a) Caixa e Equivalentes de Caixa:</b>				<b>Caixa gerado pelas(atividade) operacional</b>			
<b>2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC - Pequenas e Médias Empresas - PME):</b> As demonstrações financeiras da Sociedade, que compreende o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e fluxo de caixa, para o período findo naquela data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, foram autorizadas para emissão e divulgação pela Diretoria da Sociedade. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Pronunciamento técnico CPC PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis).				<b>Descrição</b>				<b>Caixa gerado pelas(atividade) operacional</b>			
<b>2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. <b>2.3. Uso de Estimativas e Julgamentos:</b> Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias empresas - CPC PME, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. <b>4. Principais práticas contábeis:</b> <b>a) Apuração de Resultado:</b> O resultado é apurado pelo regime da competência dos exercícios. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independente do seu efetivo recebimento ou pagamento. <b>b) Estoques</b> - Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, composto por títulos de crédito vencidos adquiridos de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. <b>c) Ativo Circulante e Não Circulante</b> - Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das Demonstrações Financeiras, caso contrário será registrado no não circulante. <b>d) Imobilizado</b> - O imobilizado é contabilizado ao custo, que inclui todos os gastos incorridos na aquisição ou elaboração dos ativos, reduzido de depreciação. A depreciação é apurada e reconhecida pelo método linear, de acordo com a taxa de depreciação indicada pela Receita Federal do Brasil, visto que a Sociedade entende que a vida útil econômica estimada e valor residual projetado de cada item, estão equiparadas às indicadas pela Receita Federal do Brasil. <b>e) Passivo Circulante e Não Circulante</b> - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando os vencimentos das parcelas ultrapassam os próximos doze meses, os referidos valores são classificados no Passivo Não Circulante.				<b>2022</b>				<b>2021</b>			
				<b>Bancos</b>				<b>Caixa gerado pelas(atividade) operacional</b>			
				411.064,00				499.621,14			
				<b>Aplicações Financeiras</b>				<b>ativ. De financiamento</b>			
				423.610,98				501.371,86			
				<b>Total</b>				<b>Variação das disponibilidades</b>			
				88.970.401,70				94.226.140,46			
				<b>b) Investimentos</b>				<b>Caixa e equivalente de caixa no início do período</b>			
				<b>Participações Societárias</b>				<b>Caixa e equivalente de caixa no final do período</b>			
				77.277.394,79				81.857.251,31			
				<b>Aslan Von Haustner Empreend. e Particip. Ltda. - 50,01%</b>				<b>Variação</b>			
				11.693.006,91				12.368.889,15			
				<b>Total Participações Societárias</b>				<b>d) Cisão:</b>			
				88.970.401,70				<b>Descrição</b>			
				<b>Imóveis</b>				<b>2022</b>			
				<b>2022</b>				<b>2021</b>			
				567.622,40				567.622,40			
				400.000,00				400.000,00			
				180.000,00				180.000,00			
				400.000,00				400.000,00			
				250.000,00				250.000,00			
				400.000,00				400.000,00			
				150.000,00				150.000,00			
				170.000,00				170.000,00			
				200.000,00				200.000,00			
				150.000,00				150.000,00			
				50.000,00				50.000,00			
				50.000,00				50.000,00			
				<b>Total Imóveis</b>				<b>2.967.622,40</b>			
				<b>2022</b>				<b>2021</b>			
				128.137,77				128.137,77			
				86.000,00				86.000,00			
				68.000,00				68.000,00			
				40.000,00				40.000,00			
				188.866,00				0,00			
				<b>Total Veículos</b>				<b>511.003,77</b>			
				<b>2022</b>				<b>2021</b>			
				92.449.027,87				97.515.900,63			
				<b>Total dos Investimentos</b>				<b>92.449.027,87</b>			
				<b>c) Obrigações Fiscais:</b>				<b>2022</b>			
				<b>2022</b>				<b>2021</b>			
				101,47				85,45			
				468,33				394,38			
				1.244,09				998,23			
				3.392,39				1.579,46			
				<b>Total</b>				<b>5.206,28</b>			
				<b>2021</b>				<b>3.057,52</b>			
				<b>DIRETORIA</b>							
								<b>Mário Schraider Junior</b> - Diretor Presidente			
								<b>Jose Victor de Oliveira</b> - Contador - CRC ISP 174873/0-0			

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/08/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

